

25 NOV 1993

CPI/ORÇAMENTO

Raunheitti depõe, e Ibsen deverá falar em 10 dias

por Eduardo Hollanda
de Brasília

As onze instituições de ensino e beneficentes ligadas ao deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) receberam, de 1989 a 1992, US\$ 14,845 milhões em subvenções sociais, a fundo perdido, do Orçamento da União. Em 1989, o Estado do Rio ficou com 42% do total de subvenções sociais distribuídas em todo o País, beneficiando basicamente entidades ligadas a Raunheitti e ao suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ).

As informações, confirmadas pela CPI do Orçamento, foram apresentadas, ontem, Raunheitti durante seu depoimento de pouco mais de seis horas de duração. Ele disse que as entidades recebiam o dinheiro porque apresentavam "bons resultados" e que faziam um bom trabalho de informação, através de folhetos enviados pelo correio aos ministérios encarregados da distribuição de subvenções sociais".

O TCU está fazendo investigações este mês nas entidades que ele e sua família possuem. Em todas as cinco já investigadas, incluindo-se o Hospital Escola São José, em Nova Iguaçu, beneficiado com US\$ 3,1 milhões de 1989 a

1992, foi comprovada a aplicação, no mercado financeiro, dos recursos recebidos como subvenção social, o que é proibido. Além disso, os rendimentos das aplicações não constam das prestações de contas.

Segundo o relator Roberto Magalhães (PFL-PE), o depoimento de Raunheitti "confirma a necessidade urgente de se proibir que entidades privadas de ensino recebam subvenções sociais.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), confirmou que o depoimento do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ex-presidente da Câmara, não deverá ocorrer antes de dez dias. Ibsen pediu para depor, mas acabou acertando com Passarinho para que o depoimento não ocorresse nesta semana e nem na próxima, pois precisa de tempo para reunir documentação em sua defesa. Hoje, a CPI tomará o depoimento do deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), que foi relator do DNER no Orçamento de 1992. Ele é considerado peça-chave no chamado "esquema João Alves" de manipulação do Orçamento, especialmente no que se refere às emendas de interesse das empreiteiras.